



POR PEDRO DE TOLEDO PIZA

Advogado e consultor ambiental, associado da ABTCP.  
E-mail: pedrotoledopiza@gmail.com

# UMA AGENDA DESAFIADORA PARA COMEÇAR O ANO NOVO

O ano de 2020 foi desafiante, e seria repetitivo falar das dificuldades pelas quais passamos em nossas empresas, círculos sociais e principalmente com as famílias. Tendo acompanhado o desenvolvimento do combate à pandemia, tanto no Brasil quanto globalmente, sinto que ainda teremos dificuldades pela frente em 2021.

Apesar de continuarmos navegando no mar de incertezas originadas pela pandemia, dessa tempestade podem sair bons marinheiros e, assim, entro em 2021 com o olhar mais afiado sobre alguns temas para o Brasil, com a certeza de que a sucessão presidencial é que irá ditar o ritmo das mudanças.

Meu intuito nesse breve artigo da edição que abre nosso ano novo é saudar os leitores da Revista *O Papel* e convidá-los à reflexão sobre alguns desafios que irão afetar a economia e, por conseguinte, nosso setor. Vamos aos temas a seguir.

**Covid-19.** Há grande expectativa com a campanha de vacinação contra a Covid-19. O tema tem ganhado maior atenção, e a vacinação será obrigatória, apesar de estados, DF e municípios possuírem autonomia para fixar regras de imunização.

**Reformas.** A pandemia atrasou a agenda das reformas, apesar de avanços significativos no ambiente regulatório – lei de saneamento, nova lei de falências e licitações –, outros assuntos não receberam atenção, como a Reforma Administrativa e a esperada Reforma Tributária (ambas na Câmara). As Propostas de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial e do Pacto Federativo aguardam aprovação no Senado.

**Ajuste Fiscal.** Está previsto déficit fiscal de R\$ 247 bilhões, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O teto de gastos impactará diretamente, uma vez que os índices de inflação foram “descasados”. A disparidade entre o índice de correção de despesas sociais obrigatórias e o índice do teto de gastos poderá levar a uma diferença de cerca de R\$ 20 bilhões.

**Reforma dos Ministérios.** Já foram realizadas 15 alterações por Bolsonaro desde o início do seu governo. Ainda são esperadas mudanças na Secretaria Geral da Presidência e no Ministério das Relações Exteriores.

**Relacionamento com EUA.** Apesar das diferenças entre os presidentes do Brasil e dos EUA, espera-se que o setor privado dos dois países seja um forte elo, com fluxo de investimentos desde que as reformas sejam aprovadas. Isso ocorrerá independente do relacionamento entre Biden e

Bolsonaro. Naturalmente, as pressões em relação à China permanecerão e o Brasil deve considerar sua posição geopolítica. Um dos pontos vulneráveis que sofrerão ataques vindos de Washington é a agenda ambiental.

**Crescimento econômico.** O aumento dos casos de Covid-19 é outro risco para a recuperação econômica. A campanha de vacinação em massa será um fator de influência e seu efeito será paulatino e terá efeito gradual no ritmo da retomada do crescimento. Paralelamente, o fim do auxílio emergencial e o desemprego em alta são outras fontes de preocupação do governo.

**Privatizações/Concessões.** O plano de privatização, cuja expectativa era arrecadar R\$ 1,2 trilhão, não foi pra frente. Este ano abre a pauta com as seguintes privatizações: Correios, Eletrobrás, Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Trensurb, Emgea, Ceasaminas, Codesa, Nuclep e Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores de Garantias (ABGF).

Esses são alguns dos desafios-chave que se apresentam para nós em 2021. Essa agenda está notadamente marcada pela demanda por reformas, das quais algumas são estruturantes, consubstanciadas em alterações constitucionais, como a PEC Emergencial, que regulamenta o teto de gastos, e a Reforma Administrativa, que visa a reformular e enxugar a estrutura do serviço público. Igualmente relevante é a Reforma Tributária cujo avanço é esperado tanto em nível constitucional quanto por legislação ordinária e complementar.

Propostas diversas de impacto econômico e financeiro são esperadas, como a autonomia do Banco Central (regulação monetária), mercado de câmbio e capitais. As privatizações e concessões também estão contempladas nessa agenda – desestatização da Eletrobrás e Correios; revisão da lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Essas propostas e matérias são diretamente dependentes do Poder Legislativo, de forma que jogaremos xadrez com os temas de controle da pandemia, sucessão presidencial e cenário político. A seguir, listo as principais propostas de reforma de 2021.

**PEC Emergencial (PEC 186/19).** Busca regulamentar o teto de gastos ao definir medidas de redução de despesas e gatilhos remuneratórios. Atualmente no Senado, ela aguarda parecer do relator Márcio Bittar (MDB-AC) na Câmara de Constituição e Justiça (CCJ).

**PEC dos Fundos Públicos (PEC 187/19).** Objetiva extinguir fundos públicos e a transferência dos recursos financeiros para o Poder ao qual o fundo está vinculado. Para manter um fundo, será necessária aprovação de lei complementar antes do decurso do prazo de transferência dos recursos. Aguarda votação no plenário do Senado.

**PEC do Pacto Federativo (PEC 188/19).** Medidas de ajuste fiscal aplicáveis ao custeio da máquina pública nos níveis federal, estadual e municipal. Aguarda parecer do relator Mário Bittar na CCJ.

**Reforma Administrativa (PEC 32/20).** Reorganiza a estrutura da administração pública com o objetivo de reduzir despesas com o funcionalismo público civil. Atualmente aguarda análise de admissibilidade na CCJ da Câmara.

**Reforma Tributária (PEC 45/19).** Simplifica a tributação sobre produção e comercialização de bens/serviços na base tributável. Unificará três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), um estadual (ICMS) e municipal (ISS) e cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Encontra-se na Comissão Mista para consenso entre Câmara e Senado.

**Teto Remuneratório (Projeto de Lei – PL 6726/16).** Trata da aplicação do teto de remuneração para servidores públicos, definindo quais verbas se enquadram no limite constitucional.

**Tributação de Lucros e Dividendos (PL 2015/19).** Cria alíquota de 15% para IR sobre lucros ou dividendos recebidos de pessoas jurídicas.

Também se encontram nessa lista a Privatização da Eletrobrás (PL 5877/19) e dos Correios (PL ainda não encaminhado), as Concessões e PPPs (PL 7063/18) e, por último, mas não menos importante, a Compra de Terras por Estrangeiros (PL 2963/19). Este último tema voltará a ser apresentado em nossa coluna, apontando os riscos existentes para nossa soberania e riscos para o próprio setor do agronegócio.

Outros temas que estão postos na mesa são as mudanças no ambiente regulatório, com os seguintes Projetos de Lei (PL) apontados:

**Novo Modelo do Setor Elétrico (PLS 232/16).** Estabelece condições para acesso ao mercado livre de energia. Aguarda votação no plenário do Senado.

**Lei do Gás (PL 6407/13).** Atualiza a legislação para dinamização e fomento da indústria de gás natural. Aguardando votação de emendas do Senado no plenário da Câmara.

**Marco Legal de Óleo e Gás (PL 3178/19).** Revoga o direito de preferência para a Petrobras nas licitações do regime de partilha de produção e garante ao Conselho Nacional de Política Energética, assessorado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a decisão sobre qual o melhor regime jurídico de exploração e produção de petróleo e gás natural a ser adotado nos leilões do Pré-sal. Em análise na Comissão de Infraestrutura do Senado.

**BR do Mar (PL 4199/20).** Programa de estímulo ao transporte por cabotagem e altera as leis de navegação para aumentar a competitividade de nossas empresas. Aguarda votação no plenário do Senado.

**Marco Legal das Ferrovias (PLS 261/18).** Exploração indireta do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, que transponham limites do estado, ou que se conectem às ferrovias federais. Aguarda votação na Comissão de Infraestrutura do Senado.

**Licenciamento Ambiental (PL 3729/04).** Altera a espinha dorsal do licenciamento ambiental atualmente regida pela lei federal 6938/81 e legislação esparsa federal e estadual. Atualmente na Câmara e aguardando votação em plenário.

Naturalmente, estes delicados projetos carecem de articulação política e da recuperação econômica. As privatizações, por exemplo, contemplam 129 projetos e ativos para o Programa Público de Investimentos (PPI), abrangendo transporte, defesa, óleo e gás, energia, mineração, saneamento, resíduos sólidos, além de 9 estatais, 6 parques e florestas, 16 portos e 6 rodovias e 22 aeroportos. Estão programados 17 arrendamentos portuários, 4 projetos de ferrovias, renovação de concessão de rodovias.

Em 2021 vamos nos reconstruir e assistir a uma intensa dinâmica da política internacional, com a posse do presidente eleito dos EUA, Joe Biden. Mesmo que a tônica de discurso mude, o confronto com a China é ponto de convergência entre Republicanos e Democratas. A maciça aquisição de empresas e extensas áreas de terra pela China, além da tecnologia 5G são pontos que afetam diretamente o Brasil. O partido comunista da China, por sua vez, irá se reorganizar internamente e reconstruir sua imagem internacional.

A China também já deixou claro que entendeu o risco de depender do Brasil para *commodities* específicas e vê na África um novo fornecedor de *commodities*, como grãos e o desenvolvimento de produção doméstica mais robusta nas províncias centrais. O cenário também estará sujeito aos *players* do Oriente Médio que consolidaram relações estratégicas com a China, tais como Irã e Arábia Saudita, além da aproximação com países como Líbano, Emirados Árabes, Jordânia, Catar e outros.

A União Europeia ainda digere o Brexit, ao passo que o Reino Unido procurará se manter comercial e diplomaticamente próximo da União Europeia, Tateando com cuidado sua aproximação comercial com a China.

O Brasil precisará de cautela e inteligência para se posicionar no cenário EUA-China, uma vez que Biden parece privilegiar o multilateralismo.

Por essas e outras razões, Bolsonaro tem que se lembrar de Jorge Ben: “*Prudência e dinheiro no bolso/Canja de galinha não faz mal a ninguém/Cuidado para não cair/Da bicicleta*”. ■